

Estudo revela que grandes empresas não estão a cumprir as estratégias climáticas

14 de Fevereiro, 2023

O estudo “Corporate Climate Responsibility Monitor 2022”, levado a cabo pelo New Climate Institute e pela Carbon Market Watch revela que as estratégias climáticas das grandes empresas mundiais não estão a ser cumpridas na sua plenitude.

Um dos pontos essenciais de análise é o ‘greenwashing’. Este termo refere-se à apropriação, por parte das empresas, de alegadas medidas de combate às alterações climáticas, quando na verdade as metas da ação climática não estão a ser cumpridas.

Para a Associação ZERO, que integra a Carbon Market Watch, estas empresas apenas escondem uma “inação climática atrás dos seus aparentes planos verdes de neutralidade climática e simplesmente não estão a fazer aquilo que prometem”.

Segundo o estudo, nenhuma das 24 empresas recebeu pontuação que correspondesse a “alta integridade”, mantendo-se, em grande parte, ao mesmo nível que os resultados apurados pelo mesmo estudo no ano passado.

“Quando o mundo necessita de cortar em cerca de metade a sua pegada carbónica para manter o aumento da temperatura abaixo do limite relativamente seguro de 1,5°C, as 22 empresas avaliadas com objetivos assumidos para 2030 comprometem-se a reduzir em apenas 15% as suas emissões reais”, pode ler-se num comunicado da ZERO, que sintetiza o estudo.

É uma diferença considerável entre os resultados das empresas e aquilo que precisam de mostrar para que se impeçam consequências catastróficas no futuro. Com a meta a 20250, seria necessário reduzir 90 a 95% das emissões, afirma a Associação ZERO, mas o relatório mostrou que a soma das emissões líquidas das empresas em análise por essa altura representaria apenas 26%.

A maioria das empresas alega neutralidade carbónica, mas omite, para isso, uma quantidade relevante de emissões indiretas que trazem impactos igualmente significativos para o ambiente.

Três quartos dessas empresas planeiam, inclusive, compensar ou neutralizar uma parte significativa das suas emissões usando créditos de carbono decorrentes de projetos de florestação e utilização de solo, detalhe que, para a ZERO, é problemático.

“A grande maioria dos projetos de compensação de emissões através de (re)florestação estão sujeitos a riscos de reversão – seja por motivo de incêndios, pragas ou abate, pois o carbono armazenado poderá voltar a ser

libertado na atmosfera”, critica a associação, no comunicado.

Além disso, acrescenta a ZERO que, estes planos de compensação requerem mais espaço de terra do que o disponível, com grandes implicações para a biodiversidade e segurança alimentar.

Outra problemática relevante é o ‘insetting’, que resulta de uma espécie de compensação de emissões no transporte de mercadorias através da implementação de práticas mais sustentáveis noutro ponto da cadeia.

Apesar dos avanços nesta vertente, no comunicado do estudo nota-se que ainda “são muito reduzidos e estão muito aquém de permitirem o tipo de mudança que é urgentemente necessária”.

A ilusão de neutralidade carbónica é o último tópico abordado neste relatório, sob o capa do ‘greenwashing’, mas é o mais urgente, considera a ZERO.

A ZERO alerta as empresas a desistirem “voluntariamente de fazer estas alegações desonestas para evitar o crescimento do dano reputacional envolvido e para reduzir o risco de litigação que acompanha este tipo de publicidade enganosa”.

Ainda assim, assumindo que “esta prática tem vindo a crescer exponencialmente”, os governos devem atuar preventivamente, “no sentido de regular de forma robusta que tipo de pretensas alegações «verdes» as empresas podem fazer e banir a utilização indiscriminada da expressão «neutralidade carbónica»”, escreve a associação, no comunicado acerca do estudo.

A União Europeia deve dar o exemplo, entende a Associação ZERO, e é o que está a ser feito neste momento. O Conselho e Parlamento Europeus estão a preparar uma legislação que visa proteger melhor os consumidores contra estas práticas.

A Diretiva de Capacitação dos Consumidores para a Transição Verde foi apresentada pela Comissão Europeia em março de 2022. Contudo, as propostas agora em apreciação não chegam para pôr fim ao problema das alegações enganadoras.

“É imperativo que os decisores políticos da União Europeia vão mais além e imponham uma regulação completa e escrupulosa de todas as alegações climáticas ou relacionadas com a neutralidade climática e respetivas variantes erróneas e enganosas, tais como «neutralidade carbónica», «neutro em CO2», «compensação de CO2», «climaticamente positivo», «net zero», etc”, defende a ZERO.